

A CRISE ATUAL DO SISTEMA CAPITALISTA MUNDIAL

*Paulo Nakatani**

RESUMO:

Neste artigo discutimos a crise recente do sistema capitalista mundial a partir do aguçamento da contradição entre o nível de desenvolvimento das forças produtivas e as relações capitalistas de produção. O processo de desenvolvimento do capital produziu um considerável avanço no desenvolvimento das forças produtivas, concentrado principalmente nos países desenvolvidos. O período recente de expansão da economia americana só foi possível através da transferência de mais-valia produzida em todo o mundo e pela gigantesca expansão do capital fictício, o que mascarou a pressão decrescente da taxa de lucro. Por outro lado, o desenvolvimento das relações capitalistas de produção, ampliou sua contradição interna entre o processo de socialização da produção e o caráter privado da apropriação. A produção socializa-se cada vez mais em escala mundial, pela forma de expansão do capital internacionalizado, pela constituição das redes internacionais de produção e pela internacionalização dos processos produtivos. Esse processo desestrutura as cadeias produtivas dos países subdesenvolvidos (onde havia), centraliza o capital e precariza profundamente a reprodução da força de trabalho. A parcela da população integrada ao mercado capitalista mundial encontra-se atendida em suas “necessidades” de meios de consumo duráveis e não duráveis. Ela se constitui apenas em mercado de reposição, que é dinamizado pelo intensivo processo de obsolescência técnica e física programada pela produção industrial. A integração de maiores parcelas da população ao mercado de bens capitalistas de consumo implicaria, em primeiro lugar, na necessidade de redistribuição da mais-valia. Isso deprimiria ainda mais a taxa de lucro aguçando a contradição decorrente da própria lei do valor. Defendemos neste artigo que a tendência recente à estagnação capitalista não permite vislumbrar, em sua saída, um novo ciclo virtuoso de crescimento do sistema mundial. O mais provável será um longo período de estagnação com espasmos localizados de crescimento sem nenhuma possibilidade de retorno aos “gloriosos anos dourados”.

1. Introdução

Neste artigo discutimos a crise recente do sistema capitalista mundial a partir da agudização da contradição entre o nível de desenvolvimento das forças produtivas e as relações capitalistas de produção no contexto da mundialização do capital, caracterizada pela ampla adoção do neoliberalismo como política econômica.

Consideramos que o processo de desenvolvimento do capital nos Estados Unidos produziu um considerável avanço no desenvolvimento das forças produtivas, que se concentrou principalmente nos países desenvolvidos, que elevou extremamente a taxa de exploração da força de trabalho, mas não impediu a pressão da tendência à queda na taxa de lucro. O período recente de expansão da economia americana só foi possível através da transferência de mais-valia produzida em todo o mundo e pela gigantesca expansão do capital fictício, o que mascarou a pressão decrescente da taxa

de lucro. Essa é uma das razões pela qual a reduzida da taxa de juros nos países capitalistas desenvolvidos como os Estados Unidos, Japão e União européia, na última década, não foi capaz de relançar a atividade produtiva. Mesmo as tentativas de uma política keynesiana, no Japão, de tornar negativa a taxa real de juros e distribuir renda para estimular a demanda, não foram suficientes para tira-lo da estagnação em que se encontra. O capital monetário disponível dirigiu-se para a obtenção de ganhos fictícios nos mercados financeiros internacionalizados, mas não deixou de tentar se materializar, principalmente através das fusões e aquisições e das privatizações nos países subdesenvolvidos.

Por outro lado, o desenvolvimento das relações capitalistas de produção, ampliou sua contradição interna entre o processo de socialização da produção e o caráter privado da apropriação. A produção socializa-se cada vez mais em escala mundial, pela forma de expansão do capital internacionalizado, pela constituição das redes internacionais de produção e pela internacionalização dos processos produtivos. Esse processo desestrutura as cadeias produtivas dos países subdesenvolvidos (onde havia), centraliza o capital e torna profundamente mais precária a reprodução da força de trabalho. Aumenta a taxa de exploração através da extensão da jornada de trabalho e pela intensificação do ritmo de trabalho e amplia a superexploração através da redução do salário real.

O processo privado de apropriação da riqueza gerou um padrão de consumo capitalista impossível de ser generalizado para a maioria absoluta da população mundial. Esse padrão constitui-se em um limite relativamente estreito para a realização da mais-valia. Por um lado, ele foi constituído pela exclusão de 80% da população mundial do mercado de produtos capitalistas e, por outro lado, por um padrão de consumo impossível de ser generalizado, sem uma fatal agressão ao meio ambiente.

A parcela da população integrada ao mercado capitalista mundial encontra-se, talvez há décadas, plenamente atendida em suas “necessidades” de meios de consumo duráveis e não duráveis. Ela se constitui apenas em mercado de reposição, que é dinamizado pelo intensivo processo de obsolescência técnica e física programada pela produção industrial. A integração de maiores parcelas da população ao mercado de bens capitalistas de consumo implicaria, em primeiro lugar, na necessidade de redistribuição da mais-valia. Isso deprimiria ainda mais a taxa de lucro aguçando a

contradição decorrente da própria lei do valor. Todavia, essa integração, com a expansão do consumo de bens duráveis e não duráveis, atingiria em cheio a situação já bastante grave do meio ambiente, bastante deteriorado pela sua exploração intensiva voltada para a produção dos atuais meios de consumo.

Assim, defendemos neste artigo que a tendência recente à estagnação capitalista não permite vislumbrar, em sua saída, um novo ciclo virtuoso de crescimento do sistema mundial. O mais provável será um longo período de estagnação com espasmos localizados de crescimento sem nenhuma possibilidade de retorno aos “gloriosos anos dourados”.

2. A desaceleração da economia mundial nos anos oitenta e noventa

Após o longo ciclo de expansão da economia capitalista mundial durante os “gloriosos anos dourados”, pós-segunda guerra mundial, encerrado no início dos anos 70, o sistema em seu conjunto jamais voltou a apresentar desempenho semelhante. Enquanto a economia americana estava em crise nos anos setenta e vários países europeus alternavam pequenos períodos de expansão com outros de estagnação, o Japão, e em seguida os demais tigres asiáticos (Hong-Kong, Coreia do Sul, Singapura e Taiwan), passaram por um período de crescimento excepcional, sendo apresentados como novos modelos para o capitalismo. No início dos anos setenta, alguns países da América Latina também encontravam o caminho da expansão capitalista, em particular o chamado “milagre brasileiro”.

Essas economias entraram em crise nos anos noventa – a América Latina entrou em crise desde meados dos anos setenta –, enquanto a economia americana retomava o caminho da expansão, juntamente com outras economias asiáticas como a Tailândia, a Malásia, a Indonésia e as Filipinas, mas a Europa, em seu conjunto, apresentava baixas taxas de crescimento.

O século XX terminou com agudas crises financeiras, desde a do México, em 1994, até a Rússia, Malásia, Tailândia, Indonésia e Brasil. Ele terminou com o fim do ciclo expansivo dos Estados Unidos e o século XXI se iniciou com a recessão na economia americana, a estagnação instalada no Japão há cerca de uma década, crise nos demais tigres e dragões asiáticos, crise aguda em vários países latino-americanos, sem contar o colapso da Argentina, e apenas a esperança de uma retomada da

economia européia, com a implementação do euro. Mais ainda, o século XXI começou com o núcleo do capitalismo mundial, os Estados Unidos, atingidos em seus centros financeiro e militar, pelos atentados de 11 de setembro.

Assim, o desempenho da economia mundial, nas últimas décadas, está expressando movimentos diferenciados nos quais coexistem crescimento e estagnação. O resultado desse processo, para a economia mundial, reflete-se nas taxas médias decrescentes de crescimento da economia mundial. Ao mesmo tempo, o decantado crescimento da produtividade nos setores de ponta das economias desenvolvidas não se generalizou de forma a elevar significativamente a produtividade média dessas economias, com exceção dos Estados Unidos. Nas economias subdesenvolvidas, os ganhos de produtividade foram obtidos principalmente através do aumento nas taxas de desemprego, da jornada de trabalho e da precarização dos trabalhadores. Enfim, o século XX foi encerrado com a ampliação da pobreza em escala mundial, com um terço dela vivendo no limite ou abaixo da linha de pobreza absoluta.

A saída da crise dos anos setenta foi acompanhada pela crise da ideologia do Estado intervencionista, através das políticas keynesianas de expansão dos gastos públicos, e pela ascensão da ideologia liberal, transformada em políticas econômicas, principalmente nos países subdesenvolvidos.

A crise dos anos setenta refletiu-se na crise fiscal e financeira dos Estados nacionais. O diagnóstico dos economistas ortodoxos pode ser resumido no seguinte: excesso de intervenção do Estado que, pela sua própria natureza, é ineficiente. A solução proposta foi a redução da intervenção e da participação do Estado na economia e transferir toda regulação para o mercado. Com isso, iniciou-se um processo de privatização das empresas e prestadoras de serviços públicos, mais ou menos aprofundados segundo cada país; redução das despesas públicas, principalmente aquelas destinadas aos gastos sociais; mas isso não se refletiu em uma redução dos gastos totais, devido ao crescimento do endividamento e dos serviços da dívida.

A ideologia liberal, chamada hoje de neoliberalismo, foi transformada em política econômica e monetária a partir do final dos anos setenta com Margaret Thatcher, na Inglaterra, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos. Em oposição ao keynesianismo, que privilegiava a expansão da demanda, através dos gastos públicos,

o neoliberalismo desenvolveu uma política voltada para a oferta.

Pelo lado da produção, a proposta era a redução dos impostos, das despesas com contribuições sociais, a desregulamentação do mercado de trabalho, e a livre circulação internacional de mercadorias e moedas. Com isso, a produção seria estimulada através do aumento da lucratividade decorrente da redução dos custos salariais e dos impostos.

Pelo lado monetário, a solução era a adoção efetiva do monetarismo como política monetária. Antes da quebra do acordo de Bretton Woods, o sistema internacional de taxas fixas de câmbio entre as moedas conversíveis, mantinha uma relativa estabilidade nas taxas de juros. Assim, só restaria o controle da base monetária como meio de manter a estabilidade monetária, o que as políticas keynesianas não permitiam. Mas, com a quebra do acordo, seguiu-se um período de instabilidade nas taxas de câmbio acompanhada pela instabilidade nas taxas de juros o que agrava consideravelmente o problema do controle da base monetária, segundo a economia ortodoxa. Atualmente, os Bancos Centrais procuram atuar sobre a liquidez da economia através do controle das taxas de juros de curto prazo no mercado aberto.

No final dos anos oitenta, sob o patrocínio do Banco Mundial e do FMI, uma reunião de representantes de governo, técnicos de instituições públicas e economistas realizaram uma reunião da qual resultou um conjunto de regras que é conhecido hoje como o Consenso de Washington. Dentre essas regras constam a privatização das empresas estatais, a liberalização do fluxo de capitais, a liberalização do comércio exterior, a desregulamentação do mercado de trabalho, as reformas fiscais e previdenciárias, entre outras. O pressuposto fundamental é que a aplicação desse conjunto de medidas seria suficiente para estabilizar a economia e promover o seu crescimento. A experiência latino-americana demonstrou a falácia desse argumento. Não só as economias não se estabilizaram como elas continuaram estagnadas. Mais ainda, elas passaram a década de noventa alternando momentos de crescimento com profundas crises apresentando uma enorme volatilidade em suas taxas de crescimento.

A década de noventa pode ser caracterizada por alguns fatores. O longo período de expansão da economia norte-americana, as sucessivas crises financeiras e pelo avanço e descrédito crescente do neoliberalismo. Enquanto praticamente o mundo inteiro passou por um longo período de estagnação ou por curtos períodos de crescimento, os Estados Unidos passaram quase toda a década em contínuo

crescimento. Esse longo período propiciou o ressurgimento das teses do fim dos ciclos ou o aparecimento de teses como a da “nova economia”. Não pretendemos discutir essas concepções neste artigo, apenas levantaremos alguns pontos de interpretação sobre esse desempenho.

O primeiro ponto trata da sustentabilidade desse crescimento. O desempenho da economia norte-americana no ano de 2001 já demonstrou que ela está em recessão. Os otimistas esperam que, após a absorção dos impactos da guerra, e o crescimento da demanda de guerra traga novo alento aos capitais e a economia volte ao ritmo “normal” de crescimento. Essa questão, porém, depende de como interpretamos o excepcional crescimento da economia norte-americana nos anos noventa. Ao que tudo indica, esse desempenho foi obtido através do enorme volume de recursos transferidos do resto do mundo, que César Benjamin chama de uma das “anomalias” do capitalismo americano. Dumenil e Levy (2000) mostram que “as empresas americanas investem mais do que o país poupa” - e se perguntam - “como isso é possível? A resposta é simples: graças ao financiamento assegurado pelo estrangeiro” (p.137). Assim, após as crises financeiras dos anos noventa, dificilmente esse desempenho poderá ser retomado no século XXI.

O segundo ponto, diz respeito às sucessivas crises financeiras, desde a do México, em 1994, até a crise Argentina em 2002. Essas crises são diferentes daquelas dos anos oitenta. Enquanto que, nos anos oitenta, as crises financeiras eram decorrentes da dívida externa e do aumento nas taxas internacionais de juros, associados à desregulamentação financeira e liberalização dos fluxos de capitais, nos anos noventa, as crises financeiras decorreram do avanço do processo de globalização e interligação internacional dos mercados financeiros. Esse ponto é complementar ao primeiro, na medida em que a economia americana absorve fluxos contínuos de mais-valia produzidos nos países subdesenvolvidos através dos fluxos financeiros internacionais.

A enorme valorização dos títulos nas bolsas americanas, a exuberância irracional, foi constituída pelo excesso de capital monetário no sistema financeiro mundial e realimentado constantemente pelas transferências dos países subdesenvolvidos para os Estados Unidos. Associado às essas transferências, expandiu-se o capital fictício, não só nos Estados Unidos como no resto do mundo, como uma das formas de remuneração do próprio capital fictício. A categoria de

capital fictício, esboçada por Marx, foi pouco desenvolvida pelos marxistas, mas consideramo-la extremamente pertinente para a interpretação das “bolhas financeiras” contemporâneas e bastante útil para explicar, também, as remunerações fictícias, tanto nas bolsas de valores, mercadorias e futuros quanto no mercado de títulos públicos.

Apesar da permanência atual da hegemonia do “pensamento único” ou da ideologia neoliberal, ela vem sendo continuamente contestada pelos diferentes movimentos por uma outra mundialização. Os protestos em Seattle e Gênova, o Fórum Social Mundial, e muitas outras manifestações contra a hegemonia neoliberal têm raízes objetivas.

Em primeiro lugar, pela agudização das contradições entre as classes dominantes e subalternas. O aumento do desemprego, a expansão do trabalho precário, o aumento nas horas trabalhadas e a redução dos salários reais, por um lado, e, por outro, a perda de parte dos direitos sociais devido ao desmonte do precário sistema de proteção social, nos países subdesenvolvidos, têm ampliado a insatisfação contra o modelo do pensamento único. Mas, a derrota da esquerda nos anos oitenta, com o colapso da União Soviética e a queda do Muro de Berlim, juntamente com o esfacelamento das organizações sindicais devido às mudanças nas relações de trabalho, evita que essas insatisfações se manifestem de forma mais organizada e coerente.

Em segundo lugar, pelo empobrecimento das camadas médias, decorrentes dos processos de reestruturação produtiva, de privatizações e de ajuste fiscal. A reestruturação produtiva suprimiu inúmeros postos de trabalhos dentro da hierarquia da empresa desempregando parte dos quadros técnicos e administrativos como forma de redução de custos e aumento da competitividade. A terceirização de atividades, como uma das formas de reestruturação, também contribuiu para a precarização e aumento tanto das horas de trabalho quanto de sua intensidade. Associa-se a isso, o volumoso desemprego, em todos os níveis hierárquicos das empresas estatais, gerado para facilitar o processo de privatização. Enfim, o ajuste fiscal contribuiu através do aumento nos impostos e contribuições e da redução das despesas para empobrecer ainda mais as “classes-que-vivem-do-trabalho”.

Em terceiro, as promessas e previsões dos neoliberais de que seria suficiente seguir a “receita” para obter a estabilidade, o crescimento e a competitividade internacional não se realizaram. Pior ainda, colocou os países em situação de maior

instabilidade principalmente com a enorme volatilidade das taxas de crescimento, que alternam anos com taxas relativamente elevadas seguidos de taxas muito pequenas ou negativas. A desregulamentação comercial associada à política monetarista não foi suficiente para gerar competitividade no comércio internacional, com algumas exceções. Estas, ao invés de serem obtidas através do desenvolvimento de vantagens competitivas dinâmicas, característica dos pólos desenvolvidos da economia mundial, tendem a retornar para as vantagens comparativas estáticas, na medida em que não avançam um processo interno de desenvolvimento científico-tecnológico. Mais ainda, a política econômica neoliberal produziu a desindustrialização de parte da estrutura produtiva e avança uma tendência de retorno à uma economia primário-exportadora.

Enfim, independentemente do regime cambial as crises financeiras foram recorrentes nos anos oitenta e noventa. Os países que escolheram um regime de taxa fixa de câmbio, ancorada no dólar, necessitavam manter um grande volume de reservas para garantir essa política cambial. Enquanto o sistema internacional de crédito dispunha de um excesso de capital monetário, era suficiente elevar as taxas internas de juros para receberem recursos na forma de aplicações financeiras e empréstimos. A existência das reservas garantia o fluxo de entrada de capitais. Após a realização dos ganhos de capital e o vencimento dos empréstimos esse capital era repatriado e, em dado momento, os capitalistas e os administradores de suas aplicações desencadeavam ataques especulativos visando aumentar ainda mais os ganhos decorrentes da necessidade de desvalorização cambial.

Quase todos os países que mantinham regimes de taxas fixas de câmbio tiveram que abandoná-lo após um ataque especulativo e desvalorizaram suas moedas. A mudança de regime cambial não resolveu o problema dos países subdesenvolvidos, pois, nesse processo, foram obrigados a aumentarem significativamente a sua dependência externa e a vulnerabilidade externa, pelo aumento dos passivos externos. Assim, eles continuam constrangidos a manterem elevadas taxas de juros para manterem suas reservas internacionais e reduzirem as possibilidades de um novo ataque especulativo. Mas, independentemente dos ataques especulativos, a instabilidade monetária se mantém.

Os países subdesenvolvidos, com algumas exceções, não conseguiram obter elevadas taxas de crescimento através das políticas neoliberais voltadas, pelo menos nas intenções, para o crescimento da demanda externa. Isso durante o longo período

de expansão da economia americana, nos anos noventa, quando ela manteve elevadíssimos déficits em sua balança comercial, pelo menos nos últimos anos da década. Com a recessão instalada na economia norte americana, dificilmente ela continuará mantendo esses déficits. A consequência deverá ser uma retração global, principalmente dos países que exportam para os Estados Unidos.

3. Quais são as perspectivas para a economia capitalista mundial?

Dado esse quadro, colocam-se diversas questões no que diz respeito às possibilidades de uma retomada do crescimento da economia mundial. Em primeiro lugar, qual deveria ser a magnitude da crise necessária para desvalorização do capital o suficiente para um novo ciclo de expansão; em segundo, se nas últimas décadas não foram criados mecanismos que impedem, em outras condições, a desvalorização necessária; em terceiro, caso ocorra essa desvalorização, se o grau de desenvolvimento das forças produtivas permitiriam obter uma taxa de mais valia suficiente para a acumulação produtiva de capital; em quarto, se o padrão de consumo estabelecido pelas condições histórico-sociais poderia ser modificado de forma a ampliar o mercado consumidor o suficiente para a realização da mais valia criada; e por último, se existem condições políticas e sociais que permitam recriar as condições acima, ou se a crise poderá expandir o caos já presente em várias regiões do planeta.

3.1 A desvalorização do capital

Renato Pompeu defende a idéia de que a destruição necessária de capital exige periodicamente uma grande guerra. Para ele, o mundo já está na terceira guerra mundial, que começou desde a guerra do Kosovo. Assim:

Por trás dessa terceira guerra que vivemos agora está um fenômeno mais geral, que é uma crise do capitalismo, uma crise que se dá sempre que o capitalismo muda de patamar tecnológico. Quando o capitalismo se moldou realmente como capitalismo, com a máquina a vapor, vieram as guerras napoleônicas; quando o capitalismo passou da máquina a vapor para o petróleo, a química pesada e a eletricidade, veio a Primeira Guerra Mundial; quando o capitalismo passou para o taylorismo e para o fordismo, temos a Segunda Guerra Mundial; e, quando o capitalismo, agora, está passando por uma mudança tecnológica sem precedentes, gera uma guerra sem precedentes. Inclusive, porque essa evolução tecnológica é contínua, enquanto as outras duraram um tempo determinado. (Caros Amigos, no. 55, out/2001)

Se aceitarmos o argumento dele, independentemente se estamos ou não em

uma terceira grande guerra mundial, temos que aceitar que a grande crise de 1929 não foi suficiente para a desvalorização necessária do capital e só a segunda grande guerra resolveu o problema da superacumulação de capital. Mas, afinando mais esse argumento, poderíamos aceitar que a crise de 1929 foi suficiente, todavia a guerra ampliou as condições que permitiram o extraordinário período dos “gloriosos anos dourados”. Sem a guerra, aquele ciclo expansivo talvez não tivesse ocorrido da maneira como aconteceu. Por outro lado, teríamos que considerar que a guerra, hoje, destruiria o capital da mesma forma e magnitude que nas grandes guerras anteriores.

Podemos aceitar que a segunda guerra mundial aumentou as condições para a retomada da reprodução ampliada do capital, mas não podemos aceitar os demais argumentos, pois a forma da guerra se modificou, após a segunda grande guerra mundial e são realizadas de forma bastante localizadas nas regiões mais atrasadas do planeta evitando, assim, a destruição do capital produtivo acumulado. As guerras contemporâneas reproduzem o mesmo processo de substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, realizado na produção industrial. Nesse sentido, nem uma terceira guerra, a não ser que as contradições intercapitalistas atingissem outro patamar, o que não parece ser o caso, seria suficiente para recriar as condições de acumulação a médio e longo prazo.

Se não estivermos em face de uma terceira guerra mundial, necessária para a destruição do capital e para um novo ciclo de acumulação, estaríamos em face de uma nova crise semelhante àquela de 1929? Tudo indica que, o desenvolvimento das técnicas e das informações necessárias para a intervenção no mercado já não permite mais uma nova crise catastrófica como aquela de 1929. Em primeiro lugar porque, apesar a ideologia neoliberal, o Estado continua atuando vigorosamente no interesse das frações de capital que constituem o grupo dirigente das sociedades capitalistas contemporâneas mais avançadas. Em segundo, porque tanto os capitalistas em geral, quanto os especuladores aprendem a cada nova crise financeira e procuram criar mecanismos de segurança de suas aplicações. Apesar de que as tentativas de superação das contradições no mercado financeiro geram novas contradições.

Em segundo, a saída da segunda grande guerra mundial consolidou a posição hegemônica dos Estados Unidos, com os resultados do acordo de Bretton Woods. Além de transformar o dólar no dinheiro mundial, criou instituições como o FMI e o Banco Mundial que estão intervindo decisivamente na tentativa de controle da crise.

Nesse sentido, a intervenção do FMI nas crises financeiras dos anos noventa tem auxiliado os países a suportar a crise à custa de medidas que agravam ainda mais as contradições. A mais interessante é a idéia do “risco moral”. Nela, os neoclássicos teorizam o seguinte: se o Estado (com o apoio do FMI) continua a garantir os capitalistas contra as perdas, seja de uma especulação mal sucedida ou de aplicações equivocadas, não seria possível sanear efetivamente o sistema financeiro. Assim, apesar de continuarem como instituições fundamentais que procuram dar suporte às crises recorrentes, elas sinalizam que podem modificar suas formas de intervenção. Todavia, o FMI e o Banco Mundial, apoiado pelo Departamento do Tesouro norte americano, interviram decisivamente nas crises financeiras dos anos noventa impedindo que as crises apresentassem efeitos ainda maiores. Com isso, uma parcela significativa do capital monetário, existente no sistema de crédito mundial, foi desvalorizada de forma mais ou menos “controlada”. Entretanto, isso não significa que a superacumulação de capital na esfera produtiva tenha sido superada e nem que essas instituições internacionais tenham resolvido definitivamente o problema da crise econômica.

3.2 O desenvolvimento da esfera financeira.

A segunda metade do século XX propiciou um considerável avanço nas técnicas de planejamento e nas regulamentações da atividade econômica. Sem que, com isso, tenha sido superada a anarquia da produção, inerente ao modo de produção capitalista. Com o desenvolvimento do sistema internacional de crédito, a superacumulação de capital acabou por manifestar-se na esfera financeira e isso em escala mundial. Por um lado, a expansão do sistema financeiro absorveu o excesso de capital monetário da esfera produtiva; por outro, gerou uma remuneração que encobriu, pelo menos parcialmente e contraditoriamente, a tendência à queda na taxa de lucro, gerando os períodos de euforia com as “bolhas financeiras”; enfim, essa esfera passou a comandar o conjunto do sistema.

Assim, solucionou por um lado o problema do excesso de capital monetário, mas por outro, ampliou a instabilidade e a volatilidade dos mercados de moedas, juros, ações e criou condições de rápido contágio das crises, entre os diversos países. A massa de capital fictício, constituída na esfera financeira, foi significativamente desvalorizada no final dos anos noventa. Mas, ao que tudo indica, não o foi em

magnitude suficiente para permitir uma significativa retomada de um novo ciclo.

Os novos “produtos” financeiros modificaram a forma de endividamento, tanto público quanto privado. Após a crise da dívida, nos anos oitenta, grande parte da dívida pública externa, principalmente dos países subdesenvolvidos, foi convertida em títulos e comercializada nos principais mercados financeiros internacionais. A essa dívida, podemos acrescentar o enorme crescimento do endividamento interno, também em títulos, da maioria dos países.

A dívida pública, segundo Marx, constitui-se, então, em uma massa de capital fictício que exige uma política fiscal muito mais austera, ou seja, a busca contínua de obtenção de superávits primários suficientes para o pagamento de juros. Os países que não conseguem obter esses superávits têm a sua dívida desvalorizada e aumentada a sua taxa de juros. A conversão de dívidas contratuais em dívidas mobiliárias tornou essas dívidas muito mais líquidas e os seus preços variam segundo a “credibilidade” dos governos. Ou seja, a segurança que os aplicadores têm quanto ao pagamento dos juros depende de uma política de maior ou menor austeridade fiscal.

Um dos papéis exercidos pelo FMI, hoje, é o de pressionar continuamente os países subdesenvolvidos, que necessitam de aportes de capital do fundo, a executarem uma política fiscal visando a obtenção desses superávits primários. Dessa forma, a mudança ideológica e de política econômica do keynesianismo para o neoliberalismo, a crítica à ineficiência do Estado e as pressões para a desestatização da economia, são os fundamentos para pressionar ao aumento da parcela de mais valia apropriada pelo Estado e utilizada para o pagamento dos juros da dívida, ao invés de ser redistribuída na forma de salários e gastos sociais. A utilização de parte dessa mais valia, apropriada pelo Estado, que era utilizada para a acumulação de capital, diretamente através das empresas estatais ou indiretamente através das mais diversas formas de subsídios ao capital privado, também foram transferidos para o pagamento de juros, em benefício da esfera financeira.

Parte da dívida privada também se constituiu em capital fictício nos mercados financeiros internacionais através da emissão de *commercial papers* ou outros tipos de instrumentos financeiros, comercializados nas bolsas de valores. Mas, o mais importante, foi o desenvolvimento dos mercados de moedas, juros e derivativos, cujo volume de negócios cresceram exponencialmente nos anos noventa, ampliando a possibilidade de liquidez das aplicações e a especulação financeira. Os mercados de

derivativos permitem uma brutal alavancagem, ou seja, os especuladores necessitam de recursos da ordem de 10% do volume de negócios que realizam.

Assim, o desenvolvimento da esfera financeira ampliou a sua autonomia face ao capital produtivo e impôs a lógica da especulação financeira à lógica da produção. Por outro lado, aumentou a parcela de mais valia destinada à remuneração do capital monetário em detrimento do capital produtivo. Entretanto, não existe uma linha de separação entre essas frações do capital. Os capitais industriais, durante a realização do seu ciclo, acumulam, constantemente, capital monetário que permanece ocioso durante algum tempo. A plena liquidez desenvolvida nos mercados financeiros permite que esse capital monetário seja aplicado continuamente durante esses períodos de ociosidade. Dessa forma, a contradição entre o capital industrial e o capital monetário, na divisão da mais valia entre lucro industrial e juros, acaba sendo mascarada por essa interseção de interesses.

3.3 O desenvolvimento científico tecnológico e a “nova economia”.

As últimas décadas do século passado foram testemunhas de um vigoroso desenvolvimento científico-tecnológico e de novas formas de organização da produção industrial e de gestão do trabalho. Esse desenvolvimento das forças produtivas permitiu, em grande parte da produção industrial, superar os limites de produção da mais valia fundada nos procedimentos fordistas/tayloristas.

Iniciado no Japão, essas novas formas espalharam-se de maneira desigual tanto entre os países quanto nos diferentes ramos da produção, concentrando-se principalmente nos países desenvolvidos e nos setores de ponta da economia. Elas permitiram o acelerado crescimento da economia japonesa nos anos setenta e oitenta e a retomada da hegemonia americana nos anos noventa. Entretanto, o seu desenvolvimento desigual aumentou a diferença relativa entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Vários destes países encontraram-se face à necessidade de uma reestruturação produtiva que destruiu parte do tecido industrial, que foi intensificado pela adoção das políticas neoliberais e pelas privatizações.

O kanban constituiu-se como um conjunto de técnicas sobre formas de organização do processo produtivo, juntamente com a introdução de novos equipamentos com controle numérico, que acelerou o ritmo de produção e aumentou a

produtividade. Isso significa que ocorreu uma intensificação do trabalho elevando a taxa de mais valia e proporcionando um lucro extraordinário para os inovadores. A disseminação e generalização desses processos suprimiram o lucro extraordinário e generalizaram a nova taxa de mais valia.

Com isso, ocorreu uma mudança na estrutura do emprego e do mercado de trabalho gerando um aumento na taxa de desemprego que se tornou extremamente grave, principalmente na Europa e nos países subdesenvolvidos. A introdução de equipamentos informatizados mudou significativamente o perfil da força de trabalho demandada com a contínua desqualificação dessa força de trabalho. Assim, o desenvolvimento científico-tecnológico produziu um aumento na taxa de exploração da força de trabalho, aumento do desemprego e precarização dos empregos e dos trabalhadores. Do ponto de vista do capital, acelerou o processo de substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, estimulando o sonho do capital de reproduzir-se sem a necessidade do trabalho. Além do mais, com a mundialização do capital, os países desenvolvidos, principalmente os Estados Unidos, conseguiram transferir uma boa parte do desemprego para o resto do mundo.

Esse desenvolvimento científico-tecnológico e o excepcional ciclo expansivo da economia americana forneceu, pelo menos aparentemente, as bases para a ideologia da “nova economia”, no final dos anos noventa. Gadrey (2000) relaciona seis características que definiriam essa nova economia. Primeira, “é uma economia de forte crescimento”; segunda, “repousa ao mesmo tempo sobre a produção e difusão das novas tecnologias de informação e comunicação”; terceira, repousa “sobre a expansão dos empregos no setor de serviços”; quarta, “exige um elevado nível de flexibilidade do trabalho e do mercado de trabalho”; quinta, “é uma economia de mercado, e mais precisamente, de mercados concorrenciais de capitais privados liberados dos entraves da regulação estatal”; e sexta, ela “exige um novo modo de ‘gestão’ das empresas, colocando ou recolocando os proprietários do capital, os acionistas, nos postos de controle das performances, da organização e da estratégia” (p. 31-34).

Essas características mostram que essa “nova economia” não constitui a realidade do capitalismo hoje e não parece ser uma tendência, salvo, talvez, nos Estados Unidos. Entretanto, a crise americana de 2001-2002 já colocou em xeque a primeira característica. A segunda, pelo próprio controle do desenvolvimento

científico-tecnológico em poder dos países desenvolvidos, jamais poderá ser disseminada para o mundo todo. Com isso, deverá ampliar ainda mais a assimetria entre os países e aumentar o peso dos pagamentos de uso das técnicas, marcas e patentes dos países que se vêem obrigados a importar essas tecnologias. A terceira é apenas uma tendência decorrente do crescimento da produtividade industrial, mas também se desenvolve de forma diferenciada entre os países. Enquanto nos países desenvolvidos a expansão do setor de serviços tende a ser consistente com as necessidades industriais e sociais, nos países subdesenvolvidos, o setor de serviços comporta uma ampla gama de atividades precárias, informais e de sobrevivência. As três últimas constituem o discurso e a política do neoliberalismo associado à ideologia da globalização.

Assim, nem o desenvolvimento científico-tecnológico dos anos setenta e oitenta e nem a “nova economia” parecem constituir bases firmes para um ciclo de crescimento importante da economia mundial. Pois elas aguçaram ainda mais as contradições capital-trabalho devido à flexibilização e precarização dos empregos, que associados à uma redução do rendimento do trabalho, exigiram mais tempo de trabalho dos trabalhadores.

3.4 A pobreza e os limites do consumo capitalista

A hegemonia do “pensamento único” deixa como instrumento de política econômica, voltada para o crescimento, apenas a manipulação da taxa de juros. Assim, ao invés de deixar o “mercado” fixar a taxa de juros no curto prazo, os Bancos Centrais a determinam para o curto prazo. Uma redução nessa taxa aumentaria a liquidez, pois os agentes venderiam seus títulos que ficaram mais caros e disporiam de mais moeda. Como a moeda, para os neoliberais (economistas neoclássicos, neokeynesianos, novos clássicos e novos keynesianos), é essencialmente meio de troca, ela seria gasta ampliando assim a demanda agregada e estimulando o crescimento da economia. Na versão keynesiana, a queda na taxa de juros estimularia os investimentos, dado a eficiência marginal do capital.

A experiência japonesa, de taxas reais negativas de juros, e a atual situação norte-americana, também com taxa real de juros negativa, mostram que a realidade não se comporta como o desejam os neoliberais. Em primeiro lugar porque a ação sobre a taxa de juros pode aumentar a liquidez através do mercado de títulos públicos,

mas essa moeda é também capital monetário, que pode se deslocar para outras aplicações, tanto internamente quanto no exterior. Assim, um aumento da liquidez não tem necessariamente o poder de expandir a demanda efetiva e estimular o crescimento. Além disso, os neoliberais costumam raciocinar considerando sempre plena utilização da capacidade instalada. Considerando que, além da capacidade ociosa planejada, com a recessão, amplia-se essa capacidade ociosa, o crescimento só se sustentaria se novos investimentos fossem realizados e estes não serão feitos enquanto a expectativa de lucro de longo prazo não for satisfeita. Sem considerar que, agora segundo Keynes, a eficiência marginal do capital nos países desenvolvidos pode estar tão baixa que nenhuma redução na taxa de juros incitaria a novos investimentos.

Em segundo lugar, esses países já estão com seus mercados consumidores amplamente atendidos em termos de bens de consumo capitalistas, a maior parte da demanda desses bens é apenas de reposição. Com isso, os ciclos curtos de expansão ocorrem devido à aceleração da obsolescência física e tecnológica, planejada pelas empresas, dos bens de consumo. Com isso, amplia-se a pressão destrutiva sobre os recursos naturais existentes, principalmente os não renováveis como o petróleo e em ritmo acelerado a água potável. A integração de novos mercados nesse padrão de consumo, através de programas de distribuição de renda aceleraria ainda mais esse processo. Assim, a ampliação do mercado através de uma pequena camada da população com alto poder aquisitivo encontra os seus limites no ciclo de duração dos produtos e na capacidade dos meios de comunicação em convencê-los a substituírem continuamente seus bens de consumo.

Considerando que cerca de dois terços da população mundial poderia integrar-se a esse mercado consumidor capitalista, o potencial de acumulação de capital seria considerável. Isso exigiria um amplo processo de redistribuição da riqueza acumulada associado a aumentos reais nos fluxos de renda dos trabalhadores. Mas esse processo não faz parte, necessariamente, da natureza do modo de produção capitalista.

Todavia, podemos aceitar esse pressuposto e examinar as condições para uma retomada da acumulação. Em primeiro lugar, a integração maciça de novos consumidores no mercado capitalista aceleraria ainda mais a aproximação dos limites colocados pela exploração dos recursos naturais. Em segundo, a tendência da acumulação é acompanhada pela elevação da composição orgânica do capital

decorrente da concorrência inter-capitalista, em busca do aumento da produtividade. Esse processo coloca em ação ou acelera a tendência à queda na taxa de lucro podendo ser em parte contrabalançada pelas contra-tendências.

Mas, a mundialização do capital, a expansão da esfera financeira e as mudanças na forma de intervenção do Estado aguçaram ainda mais o fetichismo do capital. Assim, ele parece reproduzir-se sem a necessidade da produção remunerado pela expansão do capital fictício e garantido pelo Estado. Os processos especulativos com as respectivas “bolhas financeiras” atraem o capital monetário e desviam parcelas significativas da acumulação real.

Desse modo, o avanço na redução das desigualdades e da pobreza e a supressão da miséria exigem um outro padrão de consumo que não pode ser o padrão capitalista. Para tanto, os movimentos sociais devem encontrar o caminho para a construção de uma nova forma de sociedade.

3.5 As contradições políticas e sociais

A queda do muro de Berlim, em 1989, e o colapso da União Soviética constituíram um grave golpe contra a esquerda revolucionária no mundo inteiro. A maior parte dos partidos comunistas abandonou a proposta revolucionária e muitos passaram a integrar as coalizões sociais democratas. Um grande número de dirigentes partidários e intelectuais abandonou o marxismo e muitos deles aderiram às concepções neoliberais. Parecia ser a vitória final do capitalismo com quase o mundo todo se perfilando atrás dos Estados Unidos. O sistema mundial encontrou-se, então, com um único pólo hegemônico e dominante.

Com a desagregação da União Soviética e o fim da experiência do socialismo real, as várias repúblicas re-implantaram os mecanismos de mercado como meio de regulação econômica e o neoliberalismo como política, em grande parte com resultados desastrosos. Os demais países liderados pelo bloco soviético – China, Cuba, Coreia do Norte e Vietnã – atingidos pela crise soviética, também não escaparam da vaga neoliberal. Entretanto, cada um deles procura combinar o planejamento central com mais ou menos regulação pelo mercado em uma tentativa de manter ainda parte dos ideais socialistas e escapar da profunda crise a que foram lançados. Assim, o conjunto dos países socialistas, que constituíam uma referência e

um objetivo para as lutas sociais nos países capitalistas, perdeu essas propriedades assim como deixou órfãos os movimentos anticapitalistas no resto do mundo.

A reestruturação produtiva e a desregulamentação e flexibilização dos mercados de trabalho, nos países capitalistas, atingiu fortemente os sindicatos que perderam a maior parte de suas antigas bases operárias, tanto nos países desenvolvidos quanto nos países subdesenvolvidos. Assim, a reorientação dos partidos de esquerda e a redução da importância e do peso do movimento sindical constituíram-se em fatores que, do ponto de vista político, permitiram o enorme avanço da burguesia. Desse modo, no interior das sociedades capitalistas consolidou-se a hegemonia da burguesia, instituiu-se o neoliberalismo como pensamento único e as receitas econômicas neoliberais como política econômica.

Por outro lado, as contradições no interior das sociedades capitalistas não foram solucionadas e elas desenvolveram-se de outra forma. A maioria dos países submetida ao receituário neoliberal manteve suas desigualdades internas, quando não as aumentaram. Nos países desenvolvidos, as lutas avançaram contra a mundialização do capital, em benefício do capital, e por uma outra mundialização, nas manifestações de Seattle e Gênova, por exemplo. Nos países subdesenvolvidos, a partir de suas peculiaridades, as lutas sociais continuaram avançando por outros caminhos, mas nem sempre contra o capitalismo. A guerra no Oriente Médio não foi solucionada. Parte da África, abandonada pelos interesses capitalistas, desaguou em desastrosas guerras civis. Na América Latina, a guerrilha, na Colômbia, o movimento zapatista, no México, o movimento dos trabalhadores sem terra, no Brasil, e as últimas insurreições, na Argentina, demonstram a necessidade de superação do domínio do capital.

Os ataques aos Estados Unidos, em 11 de setembro, além de desencadear a guerra no Afeganistão, propiciou a justificativa e o avanço da repressão contra os movimentos sociais, por toda parte. Os Estados Unidos, colocando-se como os guardiães do “mundo civilizado” pretendem avançar a guerra contra outros países muçulmanos, reforçam o apoio das burguesias locais, como na Colômbia, onde, significativamente, as negociações de paz foram rompidas e avança ainda mais o Plano Colômbia. A Europa, pressionada pelos americanos, aumentou o esquema de repressão no interior dos países. Isso, sem contar o avanço que já vinha realizando em sua escalada militar.

4 Considerações finais

Vimos no item dois deste artigo, que o conjunto da economia mundial encontra-se, hoje, em recessão. Apesar de algumas vozes otimistas estarem apontando, já, para uma retomada da economia norte-americana e outras indicarem a retomada da economia européia, consideramos que não existem elementos para esse otimismo. No curto prazo, de acordo com as escolhas de política econômica americana, em relação ao seu déficit comercial, a recessão deverá espalhar-se mais ou menos para outras economias, com maior ou menor profundidade.

No item três, discutimos um conjunto de fatores, que não permitem manter uma postura otimista para o longo prazo. O desenvolvimento das instituições, das técnicas e instrumentos de política econômica permitiu um certo controle da desvalorização, evitando que ela ocorra de forma brutal e arraste todo o conjunto da economia mundial em uma depressão. Dessa forma, impede que ocorra a desvalorização do capital na magnitude necessária para a constituição de um novo ciclo longo de expansão. Ao mesmo tempo, o Estado intensificou o seu endividamento e propiciou as condições para a remuneração fictícia do capital monetário excedente, mascarando a tendência à queda na taxa de lucro e a superacumulação de capital. Este, não só subverte a lei do valor, em termos de sua remuneração, como exige que o capital produtivo seja gerido em busca de resultados semelhantes. Com isso, aprofundou a desregulamentação do mercado de trabalho, a flexibilização dos empregos e dos trabalhadores, aumentou a taxa de exploração do trabalho e tornou mais precárias as condições de vida dos trabalhadores.

O desenvolvimento dessas contradições, aprofundado pela hegemonia neoliberal, demonstrou que a política neoliberal não só não resolveu as crises como também não propiciou as condições para a retomada do desenvolvimento capitalista. Mais ainda, ele aguçou ainda mais as contradições entre capital e trabalho espalhando por todo o mundo o movimento antiglobalização e, nas esferas nacionais, diferentes movimentos contra o neoliberalismo. Mas, as derrotas sofridas pelos movimentos, partidos e sindicatos de esquerda, com a derrocada da União Soviética, suprimiram a luta pelo socialismo, nos moldes em que ela se colocava.

Ao que tudo indica, nós não podemos esperar que o capitalismo consiga encontrar uma via de expansão sustentada, consistente e de longo prazo, que permita

amenizar suas contradições, reduzir as desigualdades, e incluir parcelas crescentes da população mundial em seu padrão atual de consumo. Isso simplesmente porque, em qualquer quadro que se possa traçar do conjunto do sistema mundial, o resultado não é nada mais do que o que permite o funcionamento contraditório da lei do valor e da lei geral da acumulação capitalista, regulada segundo as condições históricas específicas de cada lugar.

Referências bibliográficas

- ANDREFF, Wladimir. *La crise des économies socialistes. La rupture d'un système*. Grenoble: PUG, 1993.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BENJAMIN, César. A nova ordem mundial e o destino do Brasil. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, no. 08. Rio de Janeiro: Sette Letras, 2001.
- CARCANHOLO, Reinaldo; NAKATANI, Paulo. O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro característico da globalização. *Ensaio FEE*. v.20, n.1, p. 284-304. Porto Alegre: FEE, 1999.
- CARNEIRO, Ricardo (Org.). *Os clássicos da economia. Vol. 2*. São Paulo: Ática, 1997. p. 254-270.
- CENTRE TRICONTINENTAL. *Socialisme et marché: Chine, Vietnam, Cuba*. Paris: L'Harmattan, 2001.
- CHESNAIS, François. A “nova economia” uma conjuntura específica à potência hegemônica no contexto da mundialização do capital. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, no. 09. Rio de Janeiro: Sette Letras, 2001.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1994.
- CONSEIL D'ANALISE ÉCONOMIQUE. *Nouvelle économie*. Paris: La Documentation Française, 2000.
- DUMENIL, Gerard e LÉVY, Dominique. *Crise et sortie de crise. Ordre et désordres néolibéraux*. Paris: Puf, 2000.
- DUMENIL, Gerard e LÉVY, Dominique. *Le triangle infernal. Crise, mondialisation, financiarisation*. Paris: PUF, 1999.
- FRIEDMAN, Milton. O papel da política monetária. In: CARNEIRO, Ricardo (Org.). *Os clássicos da economia. Vol. 2*. São Paulo: Ática, 1997. p. p.254-270.
- GADREY, Jean. *Nouvelle économie, nouveau mythe?* Paris: Flammarion, 2000.
- GIRAUD, Pierre-Noël. *Le commerce des promesses. Petit traité sur la finance moderne*. Paris: Seuil, 2001.
- GUTTMANN, Robert. A transformação do capital financeiro. *Economia e Sociedade*. n° 7, dezembro de 1996. Campinas: UNICAMP, 1996. (51-83)
- HERRERA, Rémy (Org.) *L'empire en Guerre*. Paris: Les temps des cerises, 2001.
- KEYNES, John Maynard. *A teoria geral do emprego dos juros e do dinheiro*. Col. Os Economistas. 2ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- KURZ, Robert. *O Colapso da Modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. 4ed.
- LEPAGE, Henri e WAJSMAN, Patrick. *Vingt économistes face à la crise*. Paris: Odile Jacob, 1999.

- NAKATANI, Paulo. Capital especulativo parasitário, capital fictício e crise no Brasil. *Revista Venezolana de Análisis de Coyuntura*. Vol. VI, no. 02. Caracas, 2000.
- NAKATANI, Paulo. La guerra y la crisis económica contemporánea. *Herramienta*, vol. VI, no. 17, primavera 2001. Buenos Aires: Editorial Antidoto, 2001.
- SAN VICENTE, Iñaki Gil de. Sobre la situación sócioeconómica de Europa. http://www.lahaine.f2s.com/paisvasco/sobre_europa.htm.
- TORRES, Marcos José Rodrigues. Operacionalidade da política monetária no Brasil. (Tese de doutorado) Campinas: UNICAMP, 1999.
- VERGOPOULOS, Kostas. Les politiques de mondialisation en question. (Intervención original completa de Conferencia Magistral preparada para el XXIII Congreso de ALAS. Antigua-Guatemala, 29/0 a 02/11/2001.
- WACHTEL, Howard M. *Os Mandarins do Dinheiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- ZERBATO, Michel. Une finance insoutenable. Marchés financiers et capital fictif. In: DUMENIL, Gerard e LÉVY, Dominique. *Le triangle infernal. Crise, mondialisation, financiarisation*. Paris: PUF, 1999.